



PODER

Polícia Federal entra no caso Marielle

Por ordem do ministro Flávio Dino, corporação investigará os assassinatos da vereadora e do motorista dela, ocorridos em 2018

» MARIANA ALBUQUERQUE*

Por determinação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Gomes. Apesar de decorridos quase cinco anos dos crimes, os mandantes não foram identificados. A intenção, segundo Dino, é “ampliar a colaboração federal com as investigações sobre a organização criminosa que perpetrou os homicídios”, postou o ministro nas redes sociais. “Estamos fazendo o máximo para ajudar a esclarecer tais crimes.” As apurações ficarão sob a responsabilidade do delegado Guilherme de Paula Catramby.

O trabalho será feito em parceria com as autoridades fluminenses. A nova etapa da investigação não significa a **federalização** do caso.

Na portaria de instauração do inquérito consta que o objetivo é investigar “todas as circunstâncias que envolveram a prática do crime”. O texto destaca ser atribuição da corporação “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme”. O documento também cita o princípio da razoável duração do processo.

De acordo com o Ministério da Justiça, o inquérito é um processo interno, sem prazo para conclusão. Já a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República afirmou que, com a investigação, “será possível fortalecer a força-tarefa já criada no MP-RJ (Ministério Público do

Pedido negado

Em um dos últimos movimentos de sua gestão, em 2019, a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, antecessora de Augusto Aras, pediu que a investigação fosse deslocada para a esfera federal. Cabe à PGR essa iniciativa. Em 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no entanto, negou o pedido e descartou haver inércia dos investigadores do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro) para apurar quem são os mandantes e permitir que a PF colabore com a Polícia Civil no caso”.

Força-tarefa

Os assassinatos completam cinco anos em 14 de março (**leia Entenda o caso**). Na semana passada, Flávio Dino já havia anunciado uma força-tarefa com a PF e o Ministério Público do Rio de Janeiro, descartando, por enquanto, a federalização do caso. Nesse grupo estão incluídos investigadores da Polícia Civil do Rio, promotores do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio (MPRJ) e integrantes da Polícia Federal (PF).

A ofensiva para, quase cinco anos depois, solucionar o caso foi uma promessa de Dino quando assumiu o ministério. No discurso de posse, ele disse ser “questão de honra do Estado brasileiro empreender todos os esforços possíveis e cabíveis para que esse crime seja desvendado definitivamente, e nós saibamos quem matou Marielle Franco e quem mandou matar Marielle Franco naquele dia no Rio de Janeiro”. (**Com Agência Estado**)

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

RENAN OLAZ



A vereadora Marielle Franco: nova etapa da investigação não significa a federalização do caso

» MP-RJ: apuração a cargo do Gaeco

O Ministério Público do Rio de Janeiro afirmou, ontem, que a investigação dos homicídios de Marielle Franco e Anderson Gomes é conduzida pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Desde 2021, disse a instituição, uma força-tarefa específica cuida do caso. Sobre o inquérito instaurado por Flávio Dino, o MP-RJ recomendou que a reportagem procurasse o Ministério da Justiça ou a PF.

Entenda o caso

Executores estão presos

Os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes ocorreu em 2018, quando o carro em que ambos estavam foi alvejado no bairro Estácio, na região central do Rio de Janeiro. Uma assessora sobreviveu ao atentado. Apesar de as investigações sobre o caso terem chegado aos executores do crime, quatro anos depois, não foi descoberto o mandante ou o

motivo dos assassinatos.

Dois policiais estão presos por participação nos homicídios — Ronnie Lessa, PM reformado apontado como executor dos disparos; e Elcio Vieira de Queiroz, que seria o motorista do carro que perseguiu o veículo de Marielle e Anderson. Ambos estão detidos em penitenciárias federais fora do Rio de Janeiro e vão a júri popular.

GT contra radicais

» ÁNDREA MALCHER

A ex-deputada Manuela d'Ávila vai presidir o grupo de trabalho (GT) constituído pelo Ministério dos Direitos Humanos que se dedicará a estudar e discutir estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo no país. O colegiado terá 180 dias para produzir um relatório final de atividades e propor políticas públicas voltadas aos temas. O documento será avaliado pelo ministro da pasta, Silvio Almeida.

“Precisamos discutir quais elementos constituem esse ódio que se pronuncia a partir de discursos que estão sendo naturalizados no ambiente público, principalmente nas chamadas redes sociais, onde certos grupos se sentem absolutamente à vontade para destilar o ódio e reforçar preconceitos”, explicou Silvio Almeida. “Esses discursos que pregam ódio, discursos fascistas, inspirados em experiências históricas de destruição, como o nazismo, não estão dentro daquilo que a gente chama de democracia e de liberdade de expressão. Eles têm que ser fortemente combatidos, não podem chegar ao coração das pessoas.”

Serão cinco integrantes da pasta e outros 24 representantes da sociedade civil. Além de Manuela d'Ávila, o grupo será composto pelo advogado Camilo Onoda Caldas, como relator; pela antropóloga Débora Diniz; pelo influenciador digital Felipe Neto; e pelo psicanalista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Christian Dunker.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A tragédia de São Sebastião e a sagração de Lampião

A tragédia causada pelas chuvas torrenciais em São Sebastião e adjacências, no litoral norte de São Paulo — provocada pela degradação ambiental nas encostas da Serra do Mar e pelas mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, para o qual contribuiu fortemente o desmatamento da Amazônia —, foi como uma ducha de água fria em pleno carnaval. Não desanimou os foliões, principalmente nos grandes centros carnavalescos, mas mexeu com quase todos, pelo drama humano que estamos vivendo e a certeza de que o planeta realmente está passando por eventos climáticos desastrosos, que aumentam de escala a cada ano.

O episódio serviu para nos mostrar a grande diferença entre os governos atual e anterior, negacionista do aquecimento global. Ao contrário do comportamento do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a tragédia ocorrida em Santa Catarina, em dezembro passado, na segunda-feira de carnaval, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou a base naval de Aratu, na Bahia, onde passava os dias de carnaval, para visitar os estragos, confortar a população e coordenar

a ação de seu governo junto ao governo paulista e à prefeitura da cidade. Além da empatia com os flagelados, Lula demonstrou disposição de trabalhar com um adversário político, o governador Tarcísio de Freitas (PR), para tratar do que é mais importante: o socorro às vítimas e a recuperação da infraestrutura da região, principalmente a Rio-Santos, cujo tráfego foi interrompido.

Vendo as cenas pela tevê, lembrei-me do último filme de Akira Kurosawa, *Depois da chuva*, concluído postumamente. Todo o roteiro, a escalação do elenco e pré-produção foram realizados com o diretor em vida. Ao falecer, em setembro de 1998, aos 88 anos, seu filho ofereceria a direção para seu assistente, Takashi Koizumi, que a agarrou com as duas mãos. Ilhei Misawa (Akira Terao) é um ronin em busca de emprego, que vive o dilema de lutar ou não por dinheiro. Ao lado de sua mulher, Tayo Misawa (Yoshiko Miyazaki), é obrigado a parar em uma pequena hospedaria, porque o rio que deveria atravessar transbordou.

A chuva impede que as pessoas saiam para trabalhar, sobretudo carregadores e artistas errantes. Demorará dias até

que o leito do rio volte ao normal e seja possível atravessá-lo novamente, o que gera uma crise social, devido à falta de alimentos e aos desentendimentos que surgem quando o egoísmo e o altruísmo estão em confronto aberto diante da escassez. O humanismo de Kurosawa transborda na tela, ao final do filme: quando a chuva passa, o ronin vai às compras e volta com os mantimentos para alimentar os demais abrigados. A comida farta muda da água para o vinho o comportamento das pessoas, que celebram a vida.

A analogia surge por causa das notícias de que, ao lado da grande mobilização dos órgãos públicos e dos voluntários da Defesa Civil, há uma grande demonstração de solidariedade entre os moradores e da população paulista, por meio de doações de água potável, alimentos, roupas, colchões e cobertores para os desabrigados. Infelizmente, também foram registrados saques aos caminhões que transportavam essas doações, talvez por necessidade, muito provavelmente por bandidismo mesmo. Vimos um governo federal preocupado com os mais necessitados, trabalhando

de forma coordenada. Ontem mesmo, o presidente Lula já estava em Brasília, liderando seus ministros.

O carnaval da Imperatriz

Mas vamos falar de carnaval. A Imperatriz Leopoldinense venceu o desfile de escolas de samba do Rio de Janeiro pela 10ª vez, depois de um jejum de 22 anos, com o enredo “O Aperreio do Cabra que o Excomungado Tratou com Má-quença e o Santíssimo não Deu Guarida”. Fez um desfile praticamente perfeito, que contou a saga de Lampião no contexto do Nordeste da década de 1920. A Imperatriz trouxe Matheus Nachtergaele e Regina Casé como Lampião e Maria Bonita, respectivamente, mas o grande destaque foi a filha do casal, Expedita Ferreira da Silva, na última alegoria, que celebrava a herança cultural de Lampião. Com 90 anos, também desfilou na Mancha Verde, no domingo, em São Paulo.

Com três mil componentes divididos em 24 alas, com cinco carros alegóricos, a Imperatriz resgatou a vida de Lampião e seu bando no imaginário popular nordestino, com seus beatos, repentistas,

cordelistas, carpideiras e mamulengos. O carnavalesco Leandro Vieira desenvolveu um enredo inspirado nas histórias delirantes de cordéis nordestinos, nosso realismo fantástico, que falam da chegada do cangaceiro Lampião ao céu e ao inferno: *A Chegada de Lampião no Inferno*, *O Grande Debate que Teve Lampião com São Pedro* e *A Chegada de Lampião no Céu*.

Lampião é um mítico anti-herói do nosso cangaço. Na década de 1960, o historiador inglês Eric Hobsbawm incluiu Lampião entre um grupo de criminosos “sociais”, porém se baseou mais nas lendas do que nos fatos, como ele próprio admitiu. Para Alberto Passos Guimarães, foi um fenômeno do banditismo das “classes perigosas”. O cangaço serviu de inspiração para obras como *Grande sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa; *o Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna; e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, de Glauber Rocha. Produto da miséria, das injustiças sociais e da violência nos sertões nordestinos, Lampião foi glamorizado pela cultura popular, assim como o ronin de Kurosawa.